

Nova gestão transforma SUS em sucesso

Administração compartilhada permite a prefeituras de pelo menos 40 municípios melhorar atendimento, economizar e investir no setor com bons resultados para a população

LUIZ AUGUSTO FALCÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado para repassar recursos federais aos hospitais conveniados com as prefeituras, tornou-se uma usina de fraudes descaradas. O governo já pagou por partos em homens, consultas não realizadas, internações desnecessárias e transplantes em ambulatórios de subúrbio. A regra das falcatrias, no entanto, é uma exceção em cerca de 40 municípios do País. Na maioria desses lugares não se tem notícia de um só centavo desviado e o serviço oferecido à população é de boa qualidade.

Não há mistério, apenas uma fórmula que deu certo. Pelo procedimento padrão, o SUS remete recursos para os hospitais conveniados e as prefeituras não vêm a cor do dinheiro. A novidade é que, desde novembro do ano passado, existe um outro sistema — a gestão semiplena. Dessa forma, as 40 secretarias municipais de Saúde passaram a controlar as verbas federais sob vigilância de um conselho formado por representantes da comunidade, da administração municipal e dos prestadores de serviço. Além disso, há um sistema de avaliação e controle para detectar falhas no atendimento dos hospitais e laboratórios particulares.

Os primeiros resultados surgiram logo. Em São Bernardo, no ABC paulista, o R\$ 1,3 milhão enviado pelo SUS engrossou a receita da saúde e a prefeitura pôde investir na construção de um hospital público e na ampliação do pronto-socorro. Com R\$ 2,4 milhões do governo federal, Santos ampliou seu programa de assistência médica. "Estamos animadíssimos com o SUS", diz o prefeito David Capistrano Filho (PT). O dinheiro de Brasília não é usado para aumentar o número de internações, mas para reduzi-lo. Parte

dos pacientes ficam em casa e, em alguns casos, podem dispor de tubo de oxigênio, equipamentos ortopédicos e visita diária do médico.

No Hospital São Vicente, em Jundiaí, não há filas. Os pacientes ficam numa sala de espera onde, entre outros confortos, há TV e uma máquina de refrigerantes. O prédio do início do século está sendo ampliado e ganhou, em suas novas alas, ares de hotel cinco estrelas. "Antigamente as

pessoas chegavam aos hospitais para morrer", comenta a secretária de saúde, Ana Müller. "Por isso os quartos eram sombrios e não tinham banheiros." O novo São Vicente tem suítes, paredes claras e equipamentos que só existem na Capital. A prefeitura, com a ajuda do SUS, investiu R\$ 600 mil na obra.

A prefeitura de Belo Horizonte, outra cidade que adotou a gestão semiplena, tem dinheiro sobrando. Dos R\$ 17,6 milhões enviados pelo SUS, R\$ 600 mil vão para os cofres do município. A verba que antes sumia pelo ralo da fraude agora está sendo usada para comprar equipamentos e remédios, ampliar a rede hospitalar pública e melhorar a qualidade dos serviços de saúde.

Salto — "A semiplena foi um salto indiscutível", constata a secretária-ajunta de Saúde da capital, Lúcia Tonon da Mata Machado. Com o dinheiro na prefeitura foi possível aumentar os investimentos de Belo Horizonte de R\$ 6,5 milhões, em 1994, para R\$ 8 milhões, este ano. Para resguardar o caixa, as Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) — o documento mais manipulado pelos fraudadores do sistema — são controladas por um programa de computador da empresa de processamento de dados do município.

Natal foi uma das primeiras capitais do País a adotar a semiplena. De lá para cá, a cidade aumentou de 36 para 64 as unidades e postos médicos, comprou novas ambulâncias, adquiriu instrumentos cirúrgicos e odontológicos e montou uma equipe com 300 agentes comunitários de saúde. "Também estamos implantando um hospital para tratamento psiquiátrico e uma unidade de referência para atender a portadores do vírus HIV", afirma o secretário da saúde, Hermano Moraes.

Em São Luís, o secretário municipal de Saúde, José Márcio Soares Leite, já conta com uma economia de R\$ 1 milhão mensal desde que passou a controlar todos os recursos do SUS. O dinheiro é investido em campanhas de vacinação e programas de prevenção de doenças.

A prefeitura do Recife recebe os repasses do Ministério da Saúde desde maio. No ano passado, a verba mensal do governo federal era R\$



Hospital São Vicente, em Jundiaí: reforma transforma prédio antigo em moderno centro médico

13,2 milhões. Com a gestão semiplena, caiu para R\$ 4,01 milhões. Mesmo assim, todo mês sobram de R\$ 200 mil a R\$ 300 mil, que a Secretaria de Saúde aplica em programas de assistência a crianças e gestantes desnutridas, controle de endemias e atendimento domiciliar aos excluídos do sistema de saúde.

Menos AIHs — Com 90 mil habitantes, Cachoeira do Sul, a 97 quilômetros de Porto Alegre, recebe a cada mês R\$ 79 mil do SUS. Mesmo assim, sobra dinheiro para atender a três prioridades: preparação de agentes comunitários de saúde, um projeto chamado "Criança Saudável" e serviço de atendimento domiciliar.

Antes de entrar na gestão plena, Cuiabá gastava todo o dinheiro do SUS — R\$ 2,4 milhões — com o pagamento de serviços médicos e hospitalares do setor privado. Hoje, parte da verba é destinada à rede de saúde pública. A quantia é a mesma, mas agora caiu o número de AIHs por meio de uma fiscalização severa. Em pouco tempo, caiu a participação do setor privado. Antes da semiplena, 5% das internações eram feitas em hospitais públicos e 95% nos privados. Agora, a rede da prefeitura responde por 50% das internações.

■ Colaboraram Ayrton Centeno, Ângela Lacerda, Evaldo Magalhães e Margarida Maria Knobbe

OS EXEMPLOS

■ No laboratório do São Vicente, em Jundiaí, uma máquina de última geração — a Sincron, de US\$ 400 mil — processa 12 mil exames de sangue por dia e dá os resultados em dez minutos. Só o Hospital Sírio-Libanês, na Capital, possui outro equipamento desse tipo.

■ Em Cachoeira do Sul (RS) os idosos recebem atendimento médico em casa e às vezes dispõem de enfermeiros em tempo integral.

■ Os 122 postos de saúde de Belo Horizonte têm telefone e cada uma das nove administrações regionais é equipada com ultrassonografia.

■ Em Santos, as crianças recebem tratamento dentário na escola e nas salas de aula ouvem conferências semanais sobre saúde bucal. A cidade tem uma média de 1,7 cárie na população infantil de 4 a 12 anos. A meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) é alcançar esse índice por volta do ano 2025.

■ Quase não há filas no Pronto Socorro de São Bernardo do Campo. Haverá menos ainda quando a prefeitura concluir a ampliação do prédio com dinheiro do SUS.

SÃO
BERNARDO
GANHA NOVO
HOSPITAL E
SANTOS AMPLIA
ASSISTÊNCIA
MÉDICA